

O urbano - uma experiência em comum:

os bairros de periferia e a ação das associações de bairro em Campina Grande

Maria Da Guia Santos-Garcis



Palabras clave:
movimientos sociales,
políticas públicas,
pobreza, ciudades

Recibido: 11-04-02
Aprobado: 04-09-03

RESUMEN

O trabalho procura analisar as características em comum dos moradores dos bairros de periferia da cidade de Campina Grande/Paraíba/Brasil, com o objetivo de estudar a organização dos moradores através das Associações de Bairros, as quais surgem como resposta de luta da população de baixa renda.

Nos bairros de periferia residem normalmente, as famílias trabalhadoras de baixa renda, e nos seus espaços de moradia elas enfrentam dificuldades financeiras, sociais, culturais, e também dificuldades ligadas às condições precárias de infra-estrutura dos bairros.

A pobreza, o analfabetismo, a subnutrição, o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de moradia, que caracterizam de um modo geral, o conjunto da população residente nos bairros de periferia, representam as principais características de condição de vida dessa população. A condição social dos moradores dos bairros de periferia, bem como as péssimas condições de infra-estrutura desses bairros foram e são os indicadores que motivaram a organização dos moradores em Associação de Bairros, as quais têm como objetivo reivindicar junto ao Estado melhoria de vida e de moradia para a população do bairro. As Associações de Bairro caracterizam-se portanto, como uma forma de fazer política da população dos bairros de periferia.

ABSTRACT

The quarters in the periphery of the Brazilian cities represent a formation relatively homogeneous, especially the quarters of less evolved cities.

The quarters in the periphery generally are situated in hilly localities; in the principal streets and avenues are found the best residences and business houses (stores). The structural services are very deficient in this quarters.

The maintenance generally is bad and there aren't big stores. The commerce is replaced by little shops and similars. These little stores normally sell unique pieces and the people buy all days bread and milk, furthermore other basic products of nutrition.

In the quarters of the periphery normally are living families with small wage, in their little space of living they have a way of life similar and they find themselves in front of calamities similars with a restrict family budget and an unsatisfactory situation of the quarter.

The poverty, the illitralism, the undernourishment, the unemployment, low wages and the very bad residence conditions, which characterise the community living in the periphery quarters, represent at least the conditions of life of this population.

The social conditions of the inhabitants of these periphery quarters and also the bad infrastructure of these quarters had been and are the motivation to organise the population in Associations of the Quarter. As a principal purpose these associations will improve the conditions of life and habitation of the population of these quarters.

This paper is trying to analyse the mutual characteristics of the periphery quarter inhabitants of Brazilian cities. This way the paper will study the organization of the inhabitants by means of the Associations of the Quarter, which are created as a response of the fight of the population with low wage.

MARIA DA GUIA SANTOS-GAREIS

O quê e o porquê do texto

Nos últimos anos, os políticos, os planos de governo e também os cientistas sociais despertaram grande interesse para debater a “periferia” como espaço usado pelos moradores. Com o intuito de resgatar quem são os moradores da periferia de Campina Grande e qual a relação deles com as Associações de Bairro, o texto tenta analisar a organização dos moradores de bairros surgida em função de reivindicações quanto à qualidade de vida na cidade. Essa forma de fazer política dos moradores é uma expressão popular e democrática.

Com esse objetivo, realizamos, entre 1990 e 1993, uma pesquisa com o apoio do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). Nessa pesquisa tivemos a participação de cinco cientistas sociais, e de oito alunos do curso de História da Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande/Brasil. Os estudantes envolvidos com a pesquisa dispunham de uma bolsa de iniciação científica do CNPq, o que permitiu maior dedicação por parte dos mesmos ao projeto. Além de analisarmos a literatura pertinente à temática, fizemos várias visitas às SABs, com o intuito de conhecer a realidade do dia-a-dia das Associações e dos moradores do bairro. Nossas observações eram registradas em diários de pesquisa.

Para atingir os objetivos delineados, a equipe aplicou quatro tipos de questionários: questionários com perguntas dirigidas, para serem assinaladas e questionários com perguntas abertas. Os questionários foram

feitos para os dirigentes e ex-dirigentes de 17 SABs.

Como os questionários deixaram várias questões em aberto, realizamos entrevistas com alguns dirigentes e ex-dirigentes de SABs, e com moradores de bairro associados a essas organizações.

A escolha das 17 Sabs se deu de forma aleatória. Após o contato com os dirigentes das Sabs, a equipe participou de diversas assembléias para manter um contato mais aproximado com os seus associados. Com os associados de cada Sab foram aplicados 30 questionários com perguntas fechadas e 30 com perguntas abertas. Posteriormente destinou-se 30 questionários para os moradores de cada bairro não associados às SABs. Esse material, depois de computado e analisado, permitiu amplo entendimento sobre a relação das SABs com os seus associados e com os moradores do bairro. Esses questionários permitiram também se constatar a participação dos moradores nos movimentos comunitários, e detectar as carências da população.

As constantes visitas aos bairros e às SABs possibilitaram o relato de passagens significativas, o que muito favoreceu a compreensão do tema. Essas visitas permitiram também maior contato com a realidade da vida dos moradores e da infra-estrutura dos bairros de periferia de Campina Grande.

Para uma melhor compreensão da ação das SABs frente ao Estado, os principais jornais da Cidade foram uma fonte valiosa. A literatura (livros, monografias, teses e boletins das SABs) foi da maior importância para resgatar a participação dos moradores

no âmbito das Associações. Os boletins estatísticos do Município de Campina Grande foram propícios à análise sobre o espaço da cidade.

Este texto apresenta algumas questões que foram objeto de estudo no decorrer da pesquisa para o CNPq, instituição que possibilitou a realização dessa pesquisa. Na verdade, este trabalho não teria acontecido se os membros das SABs não tivessem recebido, em suas casas ou nas Associações, os pesquisadores. É também o resultado do trabalho em equipe formada pelos professores e estudantes do Curso de História da UFPB/C. Grande, os quais, sob a minha orientação, se dispuseram para concretizar essa tarefa científica.

Os movimentos de bairros e o Estado

O Brasil, após o golpe militar de 1964, teve um crescimento econômico considerável, especialmente no setor industrial e no mercado urbano. A política econômica de desenvolvimento adotada pelo Brasil foi acompanhada por um grande arrocho salarial, acentuando-se a marginalização da mão-de-obra não qualificada e semiquificada, do processo de desenvolvimento.

Nos últimos anos da década de setenta e os primeiros anos da de oitenta, a abertura democrática trouxe à tona a organização de vários setores da sociedade brasileira, destacando-se o movimento dos moradores de bairros. Após 1974, a vitória avassaladora da oposição nas eleições parlamentares, representou verdadeira avalanche de protesto contra o regime de então. A luta pelos

direitos e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos, num processo simultâneo com o acirramento das contradições de vida nos aglomerados urbanos, aprofundaram-se em reivindicações sociais, as quais suscitaram os movimentos populares de base e os movimentos populares urbanos (Nunes, 1988).

Movimentos sociais urbanos são processos de organização e contestação realizadas por moradores que defendem um conjunto amplo de reivindicações sociais, cujo objetivo imediato é a conquista de bens de consumo individual ou coletivo, compatíveis com o espaço urbano onde habitam e com os padrões culturais e coletivos que garantam a reprodução da força de trabalho. O eixo em torno do qual estruturam-se as reivindicações da grande maioria desses movimentos foi a necessidade imediata da reprodução da força de trabalho, visto que as precárias condições de moradia e a ausência coletiva de equipamentos urbanos e sociais de uso coletivo levaram, sobretudo, os moradores das periferias e das favelas a se organizarem para reivindicar esses direitos (Jacobi e Nunes, 1983).

Como as Associações têm como principal objetivo buscar resoluções dos problemas relacionados à infra-estrutura do bairro e aos bens de serviços de consumo coletivo, o Estado assume o papel de principal interlocutor nas relações com as Associações de Moradores, uma vez que o poder político é o principal responsável pelo atendimento dessas demandas.

O Brasil continua sendo um país sem cidadania social, onde vive um grande con-

tingente em estado absoluto de pobreza. Como os bairros de periferia têm grande escassez no que tange à implantação de infra-estrutura e de bens materiais coletivos; e como a maior parte dos moradores desses bairros representa as camadas sociais de menor poder aquisitivo, os órgãos Estatais e os representantes do poder Executivo em nível do Estado e das Prefeituras (Governo do Estado e Prefeitos) são os mais procurados pelas Associações para assumirem suas responsabilidades frente às questões de consumo coletivo da comunidade, como infra-estrutura, ou seja, a denominada esfera da reprodução social (Silva, Neide et al, 1988).

Enquanto as políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro não levarem em consideração as necessidades básicas dos pobres (educação, saúde, nutrição, habitação, transportes, vestuário, bens residenciais), bem como a reorientação de recursos para o investimento em capital humano, como meio de assegurar um tipo de crescimento com grande capacidade de redução da pobreza e tendência à melhora da distribuição de renda, a pobreza não será enfrentada com reformas e programas de forma coerente (Jacobi, 1989).

Nos anos oitenta, os dirigentes começam a reconhecer a existência da pobreza em seus discursos, o que requisita um aprofundamento sobre as políticas e as estratégias para a sua redução. Nesse sentido, o discurso político e técnico dos representantes do governo passou a ser modernizador, mas na prática as políticas sociais implementadas não resolveram as questões da enorme

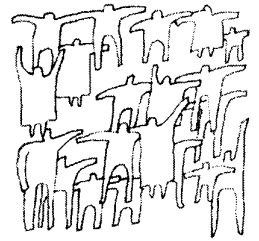
disparidade social existente no Brasil. Vários programas foram implementados a partir de 1975, envolvendo a "participação popular". Esses programas têm caráter nacional, mas têm nos governos locais (estaduais e municipais) a responsabilidade pela sua execução, o que exige a articulação com os vários grupos representativos da comunidade do despossuídos (Spozati, 1988: 20-23).

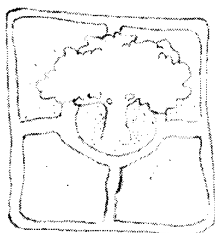
Como a condição de pobre está relacionada com as políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos educacional, cultural, espacial e político, além da real privação de bens materiais, os discriminados e excluídos são os pobres (Kowarick, 1980:69-70).

Dessa maneira, os governos locais assumem papel importante na implementação das políticas sociais no Brasil, uma vez que, mesmo sendo elas planejadas em nível do governo central, cabe ao poder local a sua execução, e conseqüentemente o êxito ou não êxito dessas políticas.

Uma das estratégias que os governos locais usaram para operacionalizar a gestão político-participativa foi a aproximação entre comunidades e os representantes do governo, surgindo então os Núcleos/ e os Conselhos Comunitários, que tinham a função de aproximar os grupos populares do poder local. Esses Conselhos atuaram diretamente nas Associações de Moradores (Andrade, 1993).

Com esse entendimento, o Estado chegou a estimular inclusive, a criação de Associações de Moradores, formando lideranças, financiando candidatos à presidência das Associações, distribuindo recursos, como





estratégias de garantir a legitimação do poder do Estado.

Os programas sociais criados pelos governos, e que contribuem para a melhoria social, servem, na maioria das vezes de instrumento do governo para controlar as ações coletivas do povo e, ao mesmo tempo, assegurar as vitórias eleitorais dos políticos. As Associações de Moradores tendem cada vez mais a se ligar aos políticos locais, que passam a funcionar como interlocutores dos problemas dos bairros, intercedendo junto ao Estado e substituindo as práticas anteriores por mediações burocratizadas, transformando qualitativamente o papel político e social dessas Associações (Fausto Neto, 1988).

Apesar dessa imbricação entre as Associações dos Moradores e o Estado, essas Associações têm atuado no contexto tanto pela restauração da democracia no Brasil, como também em oposição à política social de exclusão do Estado brasileiro.

Crescimento urbano e pobreza em Campina Grande

A cidade de Campina Grande cresceu a partir, especialmente, da produção de serviços para atender a demanda das regiões vizinhas. O município de Campina Grande está localizado no denominado “Agreste da Borborema”, que integra 57 municípios, numa área de 20.040km², o equivalente a 42% do território paraibano, com uma população de 953.319 habitantes em 1980. O município de Campina Grande conta com quatro distritos, perfazendo uma área

de 970 km² e uma população de 247.820 habitantes, 92% dos quais concentrados na zona urbana e apenas 8% na zona rural, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980.

Esse crescimento econômico surge, em parte, devido a sua posição geográfica. Localizada no agreste, Campina Grande se caracterizou, desde o início, por ser um cruzamento de estrada, tornando-se um espaço de parada de troca, para os homens de comércio. Além disso, esta cidade funcionou também como um centro de convergência dos interesses dos fazendeiros de açúcar e de gado. Posteriormente ela adquire grande importância como centro comercial de algodão. Esse comércio possibilitou a ampliação da estrutura urbana da cidade.

O crescimento econômico da cidade leva os políticos e os homens de negócio a designarem esse espaço como “a cidade do trabalho” ou a “Rainha da Borborema”, em virtude de seu potencial econômico. Entre 1960/70, Campina Grande foi considerada como uma das cidades mais industrializadas na região Nordeste (Perfil do Município, 1980).

O processo urbano em Campina Grande não seguiu com a orientação de um planejamento, embora o governo municipal apresentasse um plano de trabalho. A cidade crescia, mas os serviços públicos não conseguiam acompanhar esse crescimento. Entre 1970 e 1980, a concentração urbana gerada pelo êxodo rural provoca uma série de problemas financeiros para a cidade, constatando-se a diminuição das reservas de terras para a agricultura de subsistência;

queda no abastecimento da cidade, desemprego, e crise de moradia. O longo período de estiagem, como entre 1979 e 1982, veio agravar ainda mais os problemas urbanos. A falta de gêneros alimentícios e a escassez de emprego na zona rural faziam chegar à periferia das principais cidades do Estado (João Pessoa e Campina Grande) grandes contingentes de famílias oriundas do campo, expulsas de seus sítios por questões de conflito de terra, bem como pela seca que assolava a região (Perfil do Município, 1984).

De acordo com as observações em loco e os dados estatísticos, os bairros de periferia da cidade de Campina Grande apresentam certa semelhança quanto à paisagem urbana. A rua principal ou avenida dá acesso aos bairros, e é nessa rua em que se localizam as melhores moradias e as maiores casas comerciais.

Os bairros periféricos nem sempre são saneados, e quando o são, o saneamento às vezes não atinge toda a área do bairro. As principais vias de acesso são asfaltadas, e o asfalto tem limite algumas vezes com as ruas de terra totalmente esburacadas pelas águas pluviais e pelos esgotos, que podem ser encontrados, vez em quando, a céu aberto.

Os casebres existentes nesses bairros são construídos com os mais diferentes materiais (caixotes, tijolos, madeiras, chapas de lata), e cada família procura aperfeiçoar sua moradia de acordo com as possibilidades. No início dos anos oitenta, cerca de 73% das casas do município de Campina Grande possuíam piso de cimento, enquanto que

22,2% das residências tinham como piso o chão batido, havendo um pequeno percentual de tijolos mistos. O chão é bastante úmido e insalubre, comprometendo a saúde, sobretudo das crianças. Este problema se agrava ainda mais quando as favelas são localizadas próximas do leito do açude.

No que tange à educação formal, em 1983, o percentual de analfabetos entre os moradores das favelas chegou a 62% das pessoas com idade acima de 14 anos (Perfil do Município, 1984).

Os equipamentos urbanos como os parques, museus e os centros comerciais foram instalados, preferencialmente, nas áreas de pouco acesso para a maioria da população que mora nos bairros de periferia.

Nos bairros de periferia o abastecimento permanece precário, não existindo normalmente supermercados e ou grandes casas comerciais. As mercearias e os armazéns vendem a retalho, podendo existir ainda padarias e açougues. Existem ainda vários barzinhos, e neles as pessoas se encontram para conversar e ou se divertir, e é neles que os moradores podem se inteirar dos acontecimentos.

No ponto de vista associativo existe nos bairros uma Sociedade de Amigos de Bairro, sedes de clubes de mães, núcleos de partidos políticos. Para as atividades religiosas há igrejas.

Nos bairros periféricos vivem principalmente famílias de trabalhadores de baixa renda. Essas famílias enfrentam dificuldades cuja origem está no orçamento restrito ou nas condições precárias do bairro. Nesse senti-

do, a carência de serviços públicos e de equipamentos de consumo coletivo, e o nível de renda dos moradores apresentam certa semelhança.

A renda e a participação no mercado de trabalho desses moradores dão-se de formas diferenciadas. Muitos dos moradores dos bairros periféricos de Campina Grande são desempregados, “biscateiros”, trabalhadoras domésticas, carroceiros, serventes de pedreiro, descarregadores, etc. Outros são trabalhadores assalariados, alguns trabalham por conta própria ou são pequenos proprietários. Apesar da cidade de Campina Grande contar com um orçamento municipal, um plano diretor e com leis de diretrizes orçamentárias, a distribuição e a aplicação de verbas, nos setores sociais que atendem à população mais pobre, são ainda irrisórias e não chegam a suprir as necessidades básicas da população.

Vale ressaltar ainda que o crescimento do número de crianças aumenta a demanda por escolas, o que também não vem sendo atendido. Boa parte das crianças das áreas urbanas em expansão necessita deslocar-se de três a quatro quilômetros para conseguir uma escola com vaga (Entrevista com representantes políticos).

A expansão urbana não planejada não atende ao uso do solo de forma mais racional e democrática, o que leva a área central da cidade a ser bastante povoada e sem possibilidade de crescimento. A população pobre vem sendo expulsa lentamente para as áreas mais distantes do centro da cidade, o que dificulta ainda mais a sobrevivência dos pobres da cidade.

Condições de vida e estratégias de sobrevivência dos pobres da cidade

A população pobre vive individualmente a experiência de vida na cidade. Na família trabalhadora é o chefe de família que obtém o orçamento familiar básico. A sobrevivência da família é organizada em termos coletivos. Para garantir a subsistência do grupo familiar, os pobres necessitam adquirir mercadorias no mercado ou através de doação e adequá-las às suas necessidades. É muito comum as mulheres ganharem algum mobiliário e roupas, e fazerem adaptações dessas peças para os diversos membros da família (Entrevistas com moradoras de bairros de periferia).

As mulheres também estão ocupando uma fatia do mercado de trabalho, contudo seus ganhos são normalmente inferiores aos dos homens, e boa parte delas é trabalhadora doméstica. Mas a sua contribuição é fundamental para a manutenção do orçamento familiar. Boa parte das trabalhadoras domésticas não ganha, contudo o salário mínimo, nem possui contrato de trabalho, isto é, a carteira de trabalho assinada.

Com caráter complementar à renda da família, constata-se também que os filhos de menor idade de algumas famílias necessitam entrar no mercado de trabalho, realizando pequenas tarefas, como trabalho de limpeza, de jardinagem, trabalhos domésticos. As famílias procuram para suas filhas, mesmo de pouca idade (entre 11 e 16 anos) serviços domésticos, como babás ou outros. O pouco que essas crianças ganham contribui para o orçamento familiar.

MARIA DA GUIA SANTOS-GAREIS

A maioria dessas crianças frequenta a escola no horário da manhã ou da tarde, outras frequentam a escola no horário noturno. Todavia, há tantas outras que permanecem fora da escola. (Entrevistas com moradoras de bairros de periferia).

As compras dos alimentos de primeira necessidade dão-se habitualmente no final do mês, quando os trabalhadores recebem seus salários. Nesse momento, a família procura adquirir os alimentos básicos (feijão, arroz, açúcar, café, sal, óleo, farinha de mandioca), e essas compras são feitas fora do bairro, uma vez que nos bairros não há geralmente casas de comércio de grande porte.

As compras pequenas e do dia-a-dia são feitas no próprio bairro ou nas feiras livres, e muitas famílias vão à feira livre em horários mais tardios, quando podem adquirir alimentos, como frutas, legumes e carne a preços mais acessíveis.

No conjunto das famílias trabalhadoras, existem outras que não se enquadram como famílias trabalhadoras, porque elas se encontram fora do mercado de trabalho. Essas famílias excluídas do mundo do trabalho vivem em condição de vida ainda mais pobres, porque não possuem meios de custear a sobrevivência com recursos pessoais.

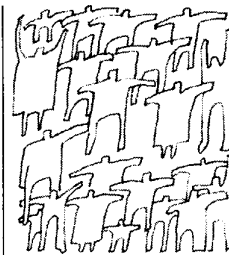
Como no atual mundo do trabalho, as famílias que não conseguem custear a sobrevivência com recursos próprios são discriminadas, essa condição faz com que elas sejam mais discriminadas pela política social do Estado, em relação ao segmento das famílias que estão inseridas na lógica do mundo do trabalho (Caldeira, 1984).

A presença de políticas de assistência social, na gestão do poder estatal, constitui uma denúncia das condições de vida precárias e, também das precárias condições de trabalho a que um contingente da população está sujeito. À medida que o Estado institucionaliza os serviços de assistência social no conjunto dos serviços sociais, ele admite a pobreza e miséria da população, e instala, ao mesmo tempo, uma forma discriminada de ação junto aos mais pobres no conjunto da ação governamental, confirmando assim uma diferença entre os segmentos que compõem os trabalhadores.

Organização e reivindicações das Sociedades de Amigos de Bairro

A história da Paraíba tem sido marcada por diferentes manifestações de ação coletiva das classes populares, especificamente práticas associativas relacionadas à luta por objetivos imediatos. As Associações de Bairro são conhecidas em Campina Grande como Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), termo utilizado também nesse texto para tratar do papel de articulação e reivindicação dessas Associações na cidade de Campina Grande.

As Sociedades de Amigos de Bairro ou Associações de Moradores são expressões associativas populares que surgem e se articulam durante décadas, e elas assumem práticas condicionadas pela conjuntura social, política, econômica e cultural da cidade. Segundo depoimentos de líderes comunitários na Paraíba, foi em Campina Grande onde surgiu as primeiras experiências



associativas em nível das Associações de Moradores

As SABs são entidades civis com personalidade jurídica e de caráter não econômico que tem como objetivo trabalhar pelo desenvolvimento e bem-estar do bairro; devendo ter participação em movimentos políticos. Essas Associações não devem fazer distinção de raça, credo e cor, formando atividades cívicas, recreativas, culturais, sociais e assistenciais para melhoria de vida dos bairros (Estatutos das SABs).

De acordo com os estatutos, as Sociedades de Amigos de Bairro devem também despertar a comunidade para os seus problemas e para o dever de procurar livremente assumir responsabilidades na procura do bem-estar social coletivo. Assim, as SABs devem contribuir para a formação do homem, esforçando-se para conseguir a valorização e a dignidade da pessoa humana, através de uma vivência em grupo, num convívio social, solidário e responsável, na descoberta e no respeito pelo bem comum (Cadernos de Educação de Base).

O surgimento das Sociedades de Amigos de Bairro em Campina Grande contou com a presença marcante e planejada de agentes externos, principalmente da Faculdade de Serviço Social e de elementos de outras experiências organizativas, como as Comissões de Bairro, que ao lado dos fatores estruturados, contribuíram para o pioneirismo das experiências das Sociedades de Amigos de Bairro.

Para uma boa compreensão desse fato, torna-se necessário fazer referência ao papel que coube à Escola de Serviço Social de Cam-

pina Grande, de propriedade da Congregação de São Vicente de Paulo, sobretudo a figura da irmã Ângela Beleza, que veio de São Paulo com o objetivo de coordenar o curso, que passava para o seu terceiro ano de existência e tinha interesse de abrir campo de estágio para seus alunos. Nessa perspectiva, iniciou-se em 1962, o trabalho de sete estagiárias no bairro de José Pinheiro. A partir de reflexões com os moradores do bairro, nasceu a primeira Sociedade de Amigos de Bairro de Campina Grande. Posteriormente, essa experiência se estende para outros bairros.

Na década de 1960, o processo de fundação de novas associações ocorre com o a articulação da entidade da União Campinense de Equipe Sociais (UCES), criada em 1964, pela irmã Beleza. A UCES é um órgão coordenador das entidades sociais, e esse órgão presta assistência e orientação aos diretores das SABs (*Jornal Diário da Borborema*).

O movimento comunitário, em Campina Grande, não se iniciou com as Sociedades de Amigos de Bairro, sua origem vem da segunda metade dos anos 40, com a criação das Ligas de Defesa de Bairro, sendo depois conhecidas como Associações de Bairros que atuaram em alguns bairros. A idéia baseou-se nas profundas necessidades de melhoramento das condições de trabalho e higiene do matadouro Municipal de Campina Grande daquela época (Leite, 1982).

Entre 1962 e 1968, criaram-se catorze Sociedades de Amigos de Bairro em Campina Grande, o que representa grande articu-

lação, motivada por fatores de conquistas imediatas de prosperidade para o bairro. Ao lado desse elemento, a crença no “desenvolvimento comunitário” como possibilidade de valorização humana, elevação social e moral dos homens, expressão denominada de “ideologia comunitária”, bem como a ampliação do Programa Aliança Para o Progresso, contribuíram para o surgimento de Associações de Moradores nos bairros de periferia da cidade.

Em 1983, o Estado procurou realizar uma política voltada para o social, cuja população-alvo compreendia os habitantes das áreas de favelas e de bairros de periferias das cidades. A partir daquele ano, o próprio governo investe na criação de Associações de Moradores, multiplicando-se o número de Associações em todas as cidades do Estado da Paraíba.

Para implementar essa política, o governo do Estado cria a Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), órgão fundamental para efetivação de Programas do Governo. Entre as funções dessa fundação destacava-se a de priorizar e dinamizar o processo de desenvolvimento comunitário.

A sociedade amigos de Bairros se insere no conjunto dos Movimentos Populares Urbanos, e é necessário entender que não se trata de um movimento homogêneo, mas de múltiplas formas de ação. Desde as origens dessas Associações constata-se o seu caráter formal e burocrático, com registros em cartório e junto aos órgãos públicos, e a forma hierarquizada desenvolvida ao longo da sua trajetória. (Estatutos das SABs de Campina Grande).

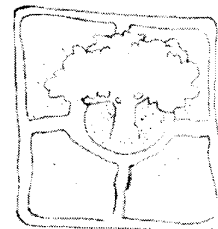
Devido a isso, em 1967, a Prefeitura Municipal de Campina Grande estabelece, através de lei, que as SABs são reconhecidas como entidades de utilidade pública.

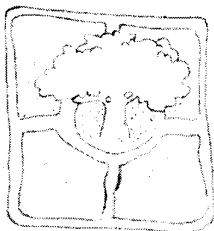
A Sociedade de Amigos de Bairro se localiza em um bairro, e elas devem ter registro em cartório, e junto aos órgãos públicos. Depois devem ser reconhecidas pela federação; no município; no Conselho Regional, na região; no Conselho Coordenador, no Estado; alcançando até uma Confederação Nacional (CONAM), fundada em 1982.

Embora esteja estruturada em nível organizacional dessa maneira, as Sociedades de Amigos de Bairro apresentam sua singularidade em relação aos demais movimentos populares urbanos, pois na medida em que essas entidades surgem nos diversos bairros, cada uma delas vive experiências diferenciadas, uma vez que cada bairro convive com sua própria realidade.

Quando surgem os Movimentos de Bairro, e especialmente quando eles se institucionalizam sob a forma de Sociedades de Amigos de Bairro e ou de Associações de Moradores, os elementos da pequena burguesia tendem a assumir a liderança. Tudo indica que o fato dessas pessoas deterem maiores recursos materiais e culturais, maior escolaridade e mais contatos fora do bairro, possibilita que as mesmas estejam mais aptas ao desempenho de funções de liderança nesses tipos de movimentos.

Todavia na história das SABs em Campina Grande existiram várias lideranças que não detinham recursos materiais e nem alto grau de escolaridade, sobretudo as lideranças mais antigas dos movimentos comunitários.





No que diz respeito ao relacionamento com as autoridades públicas, a posição majoritariamente adotada pelas SABs é a política da boa vizinhança, quanto as suas reivindicações, pois o mais importante não é deixar a marca da conquista popular, mas ver efetivada as solicitações pleiteadas, sendo conveniente a manutenção de um bom nível de relacionamento com as administrações municipais. Isso não impede, contudo, que a SAB consiga encher o salão da Câmara Municipal quando um projeto para beneficiar o bairro deverá ser votado.

Como as SABs são marcadas por uma visão muito localizada, essas Associações geralmente não se aventuram a lutar por conquistas que não dizem respeito especificamente ao espaço urbano em que a SAB está localizada. Embora as SABs mantenham um relacionamento de fraternidade e companheirismo entre os moradores do bairro, e procurem manter um relacionamento entre as diversas Associações, suas lutas normalmente não extrapolam as fronteiras do seu bairro. O bairro é, portanto, o espaço que os moradores desejam que sofra mudanças. Suas reivindicações quase não conseguem extrapolar as necessidades materiais do bairro, e ou dos moradores de um bairro (Almeida, 1992).

Analisando-se a estrutura organizativa das Sociedades de Amigos de Bairro, percebe-se como em nível formal mantém-se a estrutura de diretoria executiva e de assembléia geral. As SABs possuem um estatuto próprio, e ele rege as decisões tomadas pelas Associações. A diretoria da SAB é composta por um presidente, vice-presidente, primeiro e

segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e um conselho fiscal, formado por dois ou três membros escolhidos democraticamente por meio de eleições diretas. Além desses cargos, as SABs elegem membros para se responsabilizarem pelos diversos departamentos da Associação, como o departamento cultural, de relações públicas, de assistência social, patrimônio, desportivo e outros.

Na sua estrutura, a SAB é composta de três órgãos: Assembléia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal é eleito juntamente com o Conselho Diretor. O Conselho Diretor tem a função de fiscalizar as atividades da diretoria e dá parecer acerca das propostas dos sócios.

As Sociedades de Amigos de Bairro promovem eleições diretas para eleger as suas diretorias, tendo direito ao voto todo membro associado. As decisões tomadas nas SABs ocorrem em Assembléias Gerais, que é formada por todos os sócios da entidade, os quais são pessoas adultas e residentes no bairro. A forma de participação dos associados na vida da entidade se faz, principalmente, pela presença nas assembléias e nas reuniões da diretoria, bem como através da contribuição financeira, isto é, o pagamento da anuidade do associado. As Sociedades de Amigos de Bairro procuram oferecer cursos e seminários para seus associados. Uma outra forma do associado participar mais diretamente da Associação se dá pelo envolvimento em comissões de trabalho, mobilizações políticas, atividades sociais, mutirões e eventos culturais promovidos pela Associação.

Algumas associações conseguiram seu registro para se beneficiar de alguns programas governamentais, como o programa do leite, realizados pela Secretária Especial de Ação Comunitária. (SEAC) Entre 1982 e 1986, com a implantação dos programas sociais do governo, com a criação da Fundação Social do Trabalho (Funsat) e do Programa de Desenvolvimento Comunitário (Prodasec), expressões marcantes da política governamental junto às populações carentes, foram criadas Associações com o incentivo dos órgãos governamentais.

A presença do Estado nas Associações de Bairro faz com que elas mantenham uma relação com as autoridades, e como os representantes dessas Associações não têm ainda grande experiência com as relações igualitárias, constata-se que o poder público impõe sua autoridade. Todavia, isto não impede que algumas Associações emitam seu descontentamento com os encaminhamentos dos órgãos públicos.

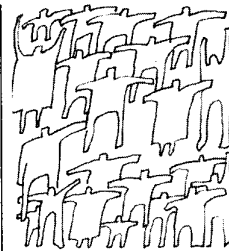
Nos momentos em que as SABs assumem a função de intermediar um programa social do governo, como por exemplo o programa do leite, auxílio funeral, e outros programas que definem algum benefício, percebe-se que os moradores participam mais efetivamente da Associação. O que se presume que a participação seja motivada pela existência dos "programas beneficentes".

Como as SABs estão preocupadas em ter conquistas imediatas, a trajetória histórica dessas Associações indica que os moradores conhecem os seus problemas cotidianos, porque os sente no dia-a-dia, mas descon-

hecem o processo que gera esses problemas. Além do mais, as entidades criam poucos espaços de reflexão e de relacionamento entre os problemas do bairro e os problemas mais amplos da sociedade, o que contribui para que suas ações se concentrem nas reivindicações e conquistas imediatas, não atingindo um desdobramento maior amplitude e eficácia.

Através desses programas sociais, o governo consegue cooptar alguns líderes comunitários. Como alguns desses líderes têm interesse em participar mais efetivamente do poder, eles se transformam em verdadeiros pelegos, representantes dos interesses do governo na comunidade, isso impede de que os mesmos atuem como elemento organizador e mobilizador da comunidade. A relação das Associações de Bairro com o Estado revela uma fusão de gratidão e de cobrança. Se por um lado, as Associações desejam manter uma relação de cordialidade com o poder, pois isso significa maiores possibilidades de serem atendidas em suas reivindicações, por outro lado, essa política não impede de que a maior parte das Associações expresse críticas ao poder público, especialmente no que diz respeito à burocracia e às promessas dos Homens de Estado, as quais dificilmente se tornam realidade.

As Associações de Moradores são referências para os órgãos do governo, enquanto fonte permanente do relacionamento com a população, por isso, no âmbito do poder local, foram criados órgãos com a finalidade de trabalhar com a população pobre e, conseqüentemente,



com as entidades que congregam e representam essa população.

Nessa perspectiva, em 1983, foi criada a Fundação Social do Trabalho (Funsat), com alguns programas sociais, como por exemplo, o Programa de Humanização e Desenvolvimento Social para População de Baixa Renda (PROHDESP). No interior desse grande programa, existia o projeto de desenvolvimento comunitário, com o objetivo de fortalecer as Associações de Moradores. Esses projetos eram destinados à defesa e às reivindicações dos direitos relacionados aos problemas cotidianos, por isso visavam colaborar na formação de Associações e lideranças de bairros, a fim de efetivar, nas comunidades, o planejamento participativo; encaminhar a população carente para a educação básica e influir na formação de uma consciência de participação e organização social.

Mesmo que as SABs procurem manter um bom relacionamento com o Estado, algumas delas passam a agir mais de acordo com os interesses do Estado. Todavia, há SABs que são preocupadas com a autonomia das suas ações, e para tanto procuram construir uma SAB com autonomia dos partidos políticos e dos governos, na busca de que elas sirvam como instrumento de luta do povo para melhorar as suas condições.

Vale ressaltar ainda que, de um modo geral, as Sociedades de Amigos de Bairro procuram agir de forma democrática, visto que as decisões tomadas pela diretoria das SABs são discutidas nas assembléias gerais e as propostas votadas. São, portanto, práticas populares ocupando espaço concreto para uma estratégia política.

As reivindicações das SABs são encaminhadas às Prefeituras normalmente através de um contato com um vereador. Os vereadores têm interesse em manter contato com as Sociedades de Amigos de Bairro, e é através desses movimentos que eles conseguem apoio para serem eleitos. Os dirigentes das SABs aproveitam esse intercâmbio para encaminhar as reivindicações da comunidade à Prefeitura Municipal.

Os problemas que afligem os bairros de periferia da cidade de Campina Grande são inúmeros: Deficiência no transporte coletivo, falta d'água, falta de saneamento, iluminação deficiente, inexistência de telefone público, de um posto de saúde, escassez de escola para as crianças e os jovens, falta de asfalto, grande deficiência na coleta de lixo, falta de limpeza pública, falta de uma feira livre, etc.

Os moradores dos bairros de periferia, além de enfrentarem os problemas relacionados mais diretamente com o bairro, precisam enfrentar outros que fazem parte do seu dia-a-dia e que impedem também a reprodução social dos trabalhadores. Assim, alto custo de vida, a inflação, alto custo dos aluguéis, escassez de moradia, desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, falta de segurança nos transportes coletivos, falta de segurança nas ruas, escassez quanto ao transporte coletivo, luta pela moradia e pela posse da terra, escassez na assistência médico-hospitalar, pouca urbanização do bairro (Dados colhidos através de questionários e entrevistas).

A luta das Sociedades de Amigos de Bairro ocorre imbricada no contexto das carências

MARIA DA GUIA SANTOS-GAREIS

do bairro e na precariedade em que vivem os seus moradores. Nesse sentido, as reivindicações das Sociedades de Amigos de Bairro representam as carências do bairro e de seus moradores. Por isso suas reivindicações estendem-se também à realização de atividades culturais e de lazer no bairro; existência de um espaço para uma feira livre; construção de uma lavanderia pública; de uma quadra de esportes, de um parque infantil, de praças, criação de horta comunitária, construção de casas populares; retirada do lixo; colocação de abrigos nas paradas dos ônibus; arborização do bairro; construção de centros de recuperação de menores, etc (Dados colhidos através de questionários e entrevistas).

A política habitacional no Brasil não conta com um programa social que atenda a população pobre e sem moradia. A população carente não tem condições de pagar aluguel, uma vez que os seus ganhos são mínimos. Essas condições levam essa população a ocupar terrenos vazios, e transformar essa área em local para morar surgindo, assim, as favelas (Cadernos de Educação Básica).

Entre as atividades desenvolvidas pelas associações, destacam-se as atividades ligadas aos eventos culturais, artísticos e desportivos, ou seja, referentes ao lazer da comunidade. A preocupação das entidades relacionadas com o lazer aponta a utilização desses eventos como meio de atrair a participação dos associados e de outros moradores do bairro. Essas atividades são formas também de aproveitar os momentos livres e de distração, visto que os moradores

do bairro não têm acesso a outras formas de divertimento.

As Associações oferecem também cursos de alfabetização, de aprendizagem profissional e artesanal. Esses cursos são ministrados geralmente em convênio com os órgãos do governo ou entidades como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A cidade e os seus equipamentos materiais de uso coletivo são usufruídos, sobretudo, pelas camadas sociais de maior posse, mas a organização e a luta do povo tem influenciado as políticas públicas do Estado, forçando algumas importantes conquistas para a melhoria dos bairros de periferia, e, por conseguinte, para a população pobre, como: o uso d'água potável, canalização das ruas, energia elétrica, e linhas de ônibus. Assim, o melhor uso da cidade é uma constante luta da grande maioria dos moradores dos bairros de periferia. Para resolver os problemas do bairro, as SABs acreditam que a união, a organização e a mobilização dos moradores são as principais armas, e a SAB, como entidade representativa, o principal instrumento. Por essa razão, as SABs têm o dever de discutir com os seus participantes, os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

No espaço coletivo e político da cidade, os interlocutores das Sociedades de Amigos de Bairro são o Governo e as diversas agências estatais, uma vez que elas administram a política de expansão do espaço urbano.

Como o Estado é um interlocutor dos movimentos sociais urbanos, ele lhes impõe

uma certa linguagem e um certo ritmo, isto significa que a dinâmica das lutas desses movimentos é influenciada pelo relacionamento desses movimentos com o Estado.

As Sociedades de Amigos de Bairro e o Programa do Leite

No Brasil, o Estado ainda utiliza várias políticas assistencialistas para minimizar os problemas sociais. Essas medidas adotadas pelo Estado brasileiro servem como paliativos, visto que, os problemas sociais existentes no seio de uma sociedade como a do Brasil, decorrem de questões mais remotas, necessitando de uma mudança político-econômica e social.

O Estado, na medida em que lança mão de programas alimentícios, habitacionais ou outros, assume, na maioria das vezes, perante a sociedade um papel paternalista. Por outro lado, essas iniciativas governamentais têm também a finalidade de estreitar ligações com o movimento popular, com o intuito de o Estado obter um maior controle sobre os movimentos sociais.

A partir de 1980, os movimentos comunitários são chamados a participarem das iniciativas do governo, sendo aqueles monitorados por órgãos governamentais e outras entidades que são criadas pelo governo com fins de prestar assistência social.

As políticas públicas existentes no Brasil têm um caráter ainda assistencialista, que busca utilizar programas sociais paliativos como proposta de solução para os problemas que afligem a população de baixa renda. Embora seja do conhecimento do Estado

que os problemas sociais enfrentados por essa população decorrem de questões mais amplas, o que exige uma mudança na política econômica e social.

A experiência mais recente de incentivo à participação popular, através da organização de moradores, na gestão de políticas públicas, ocorreu em setores como complementação alimentar, habitação, gestão de equipamentos e programas comunitários. Esses programas sociais foram implementados em cada espaço, por diferentes órgãos estaduais e municipais, embora, de um modo geral, se constituíssem em programas sustentados financeiramente por recursos do Governo Federal.

Um dos programas criados pelo governo, o Programa do Leite, que era dirigido pela SEAC e depois pela LBA, visava atender as crianças carentes com idade de 0 a 7 anos de idade em todo o país. Esse programa teve início em 1986, e chegou em Campina Grande um ano depois, tendo as Sociedades de Amigos de Bairro como entidades encarregadas pela distribuição do ticket do leite.

As Sociedades de Amigos de Bairro eram responsáveis pelo cadastramento das famílias carentes e pela distribuição dos tickets do leite, programa que funcionou até 1991, quando se deu a sua extinção em todo o país (Braga, 1991).

O Programa Nacional do Leite das Crianças Carentes visava atender as crianças em nível nacional, mas esse objetivo não foi atendido. Em Campina Grande, apenas 17.000 crianças foram contempladas, ficando muitas outras fora do programa,

mesmo que elas se enquadrassem nos critérios exigidos pelo governo, o que gerou uma série de conflitos.

Esse programa incentivou a presença dos moradores nas Associações, e funcionou como um ponto de poderoso apoio às práticas de interesses políticos e de outras tantas irregularidades. As famílias carentes com filhos de 0 a 7 anos de idade necessitavam se cadastrar e receber o ticket do leite todos os meses nas SABs do bairro onde elas residiam, o que contribuiu para os moradores se aproximarem das Associações. Durante a vigência desse programa surgiram vários outros problemas que envolviam as diretorias das Associações e também algumas famílias do bairro. Alguns diretores das Associações foram denunciados por praticarem irregularidades quanto à distribuição dos tickets do leite. Os moradores protestaram e publicaram na imprensa local essas irregularidades. As denúncias afirmavam que alguns diretores de SABs vendiam o ticket do leite, distribuíam para famílias que não eram carentes e trocavam por outros favores (Entrevistas com moradores do bairro e associados das SABs; *Jornal Diário da Borborema e Jornal da Paraíba* 1989/90).

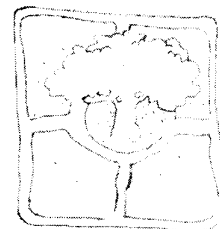
Como algumas famílias enfrentavam grandes carências alimentares, elas utilizaram o ticket do leite como meio de troca por alimentos como: pão, açúcar, café, farinha, e feijão, como afirma uma entrevistada: "... quando trocava por pão, açúcar, qualquer coisa, eu achava que estava certo, porque a criança não toma só leite, (né)?".

Ocupações urbanas e a luta pela moradia: uma ação das Sociedades de Amigos do Bairro

As ocupações urbanas fazem parte da história do cotidiano de várias famílias brasileiras, sobretudo daquelas que não têm as mínimas condições de pagar um aluguel. A ocupação de um terreno se dá, às vezes, de forma aparentemente espontânea, como ocorreu no bairro de Pedregal, em Campina Grande, entre o final de 1974 e início de 1975. Os pequenos casebres foram construídos no meio de um terreno de propriedade privada, que se situa a 3 km do centro da cidade. O confronto estabelecido entre as proprietárias do terreno e os ocupantes levou estes a se organizarem para lutar pelo direito da ocupação. Os moradores fizeram uma caminhada até a delegacia de polícia, onde mais de 1.000 pessoas tiraram o "atestado de pobreza", para provar a condição de necessitados, como um dos meios de exigir do poder público a desapropriação da área e o direito de habitá-la.

Nessa época as ocupações urbanas em Campina Grande receberam o apoio de grupos de jovens, da igreja do bairro, sobretudo da Igreja Católica, da Comissão de Justiça e Paz, da Diocese, do Partido Político dos Trabalhadores (PT) e de outras pessoas que se preocupavam com essa questão (*Cadernos Lutas do Povo Trabalhador*).

Durante dois anos da ocupação, o poder público não tomou nenhuma atitude, mas no início de 1977, as proprietárias do terreno solicitaram ordem de despejo na



justiça, o que foi negado pelo juiz por falta de dispositivos legais suficientes; mas, em 1978, as proprietárias ganharam o caso na justiça.

Os moradores com o apoio de outros grupos da sociedade se organizaram para lutar pelos seus direitos. Depois de vários confrontos com o poder público, a Prefeitura Municipal firmou um convênio com o Banco Mundial, e adquiriu a verba para desapropriar e urbanizar a área.

Uma das maiores ocupações coletivas em Campina Grande e também em todo o Estado da Paraíba ocorreu em 26 de março de 1983, no conjunto residencial, construído em uma área distando 5 km do centro da cidade, conhecido pelo nome Malvinas (*Cadernos Lutas do Povo Trabalhador*).

A ocupação do conjunto não foi espontânea, mas dirigida, visto que as pessoas foram orientadas a ocupar as casas em plena madrugada. O conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio começou a ser construído em 1981 pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP).

Com financiamento do Banco Nacional de Habitação, e se encontrava abandonado há mais de dois anos, faltando ainda todas as obras de infra-estrutura.

O déficit de moradia, o preço alto dos aluguéis, e a situação de pobreza da população, levaram o povo a realizar a ocupação desse conjunto. As necessidades moveram as pessoas a ocuparem o conjunto, o qual ainda não dispunha de qualquer infra-estrutura, como água, luz, serviços de esgotos, escolas, creches e posto de saúde e de policiamento.

Assim que ocorreu a ocupação, o poder público interveio no movimento, e enviou o seu aparelho repressivo policial para retirar os ocupantes à força. O enfrentamento da polícia com os ocupantes do conjunto criou um clima de guerra e de terror. De um lado encontrava-se o policiamento de Campina Grande, e de outro estavam os ocupantes. O confronto estava montado, a polícia representando o governo e o povo se representando. Os policiais afirmavam que “quem estava dentro do conjunto não saía, e quem estava fora não entrava. Diante da pressão dos militares, os moradores viveram um momento de grande insegurança, dificuldades e medo (*Boletim da Associação das Malvinas*).

O cerco policial durou alguns dias, com espancamentos e algumas prisões. Alguns passaram fome, sede, e mulheres chegaram a ter seus filhos ali mesmo. Como não havia meio de locomoção, e diante das dificuldades criadas, algumas pessoas não puderam comparecer ao trabalho, o que lhes ocasionou a perda do emprego.

Essa experiência foi responsável pela denominação do conjunto de MALVINAS, referência à guerra que a Inglaterra encaminhou no sudeste da Argentina.

O apoio aos ocupantes foi organizado a partir de um comitê dos Trabalhadores Rurais, que lutava pela posse da terra no campo. Esse comitê chegou a congregar 48 entidades do movimento popular, sindical e partidário.

Os moradores realizaram uma grande passeata e reivindicaram legalização imediata de todos e o reconhecimento da permanên-

cia deles nas casas em que estavam. Assim, os que não possuíam renda suficiente permaneceriam nas casas; e os trabalhadores que se encontravam desempregados, teriam suspenso a cobrança das mensalidades de suas casas. Os ocupantes exigiam também a construção de infra-estrutura; reconhecimento da Comissão Pró-Associação de Moradores, como órgão representativo; manutenção de policiamento que lhes garantisse a segurança, e um posto policial de apoio em outro ponto estratégico do conjunto.

As mulheres desempenharam um papel fundamental nessa ocupação e também no Comitê. Elas foram as primeiras a ocuparem as casas, e só depois é que chegaram os homens. As mulheres estimularam a ocupação, e colocaram-se em frente de comitês, das associações, e das ações encaminhadas pelos moradores (*Boletim da Associação das Malvinas*/Entrevistas com associadas da SAB das Malvinas que participaram da ocupação). Em 1985, a prefeitura envia os carnês para o pagamento do Imposto Predial e Territorial (IPTU) a todos os moradores, embora a propriedade dos imóveis ainda não estivesse regularizada. A maior parte dos moradores devolveu esses carnês porque ainda não tinha a posse do imóvel. Após a garantia da posse das casas, cujas prestações exigidas pelo Estado continuavam sem serem pagas, os moradores permaneceram realizando outras reivindicações sob a organização da Associação de Moradores.

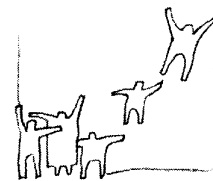
Os moradores necessitaram lutar também por água, luz, transporte coletivo, pelas escolas, creches, por calçamento, esgoto,

posto de gás, e também pela política da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), que procurou com que os moradores do conjunto assinassem contratos de compra e venda, e recebessem os carnês para efetivar o pagamento do imóvel. O contrato de Promessa de Compra e Venda firmava que o comprador acordava em receber a sua unidade habitacional, antes mesmo que se concluíssem os serviços complementares de sistema de abastecimento de água potável, saneamento, energia elétrica e iluminação pública (Contrato de Promessa de Compra e Venda da CEHAP 1888).

Mas, de acordo com a Caixa Econômica, a casa própria só deve ser paga se a mesma for entregue com infra-estrutura, o que permitia que os moradores permanecessem com a luta para conquistar os seus direitos. Os habitantes do conjunto exigiam que a CEHAP oferecesse infra-estrutura para o conjunto habitacional, e depois que essa infra-estrutura fosse realizada haveria então uma negociação em relação ao pagamento dos carnês e a assinatura dos contratos.

A ação dos moradores das Malvinas para conquistar o direito de moradia dá origem a formação da Sociedade de Amigos de Bairro das Malvinas, essa sociedade se organiza tendo como principal objetivo resguardar o direito pela moradia naquele local. A luta da SAB volta-se também para questões sociais que fazem o cotidiano dos seus moradores.

Essa Associação procura discutir outras questões que envolvem os direitos do cidadão, como: Constituinte, reforma agrária,



desemprego, direitos e deveres do cidadão, etc. A Sociedade de Amigos de Bairro das Malvinas está sempre atenta em manter a luta como meio de conscientização, comunicação e denúncia. Nesse sentido a luta têm objetivos claros como: recuperação da SAB, mutirões para construção, reivindicação para implementação do saneamento, para melhoria do transporte coletivo, da iluminação pública, da coleta do lixo, criação de posto de saúde, existência de vigilância sanitária, instalação de uma agência de correios, instalação de telefones públicos.

As carências materiais do bairro e de seus moradores em Campina Grande, como nas demais cidades brasileiras, são obrigações da política social do Estado, uma vez que o atendimento desses “benefícios” faz parte das políticas públicas, não era necessário que os cidadãos reivindicassem esses direitos de caráter básico. Todavia, no Brasil, o Estado ainda não assumiu a questão da pobreza, o que leva os pobres a lutar pelos mínimos direitos sociais.

Considerações finais

O texto procura tornar visível a condição de pobreza dos moradores de bairros de periferia da cidade de Campina Grande, na perspectiva de detectar as carências urbanas da população de baixa renda no contexto do espaço urbano.

A discussão sobre a questão da pobreza urbana perpassa pelo papel do Estado e pela ação das políticas públicas para enfrentar essa questão. O que se nota é que o Estado procura incorporar em seus discursos algumas

necessidades emergentes do dia a dia da população, sem ter a intenção, contudo, de criar políticas públicas que atuem no cerne dos problemas que afligem os pobres da cidade, o que leva o Estado a manter as ações que se caracterizam, sobretudo, como políticas assistencialistas e paliativas.

A intervenção do Estado nos movimentos comunitários ocorre através dos vários organismos estatais é um viés que possibilita o Estado intervir na mobilização e ação dos movimentos sociais de bairro.

A população organizada vem conseguindo demonstrar suas carências e defender seus direitos, embora suas reivindicações se concentrem nas necessidades básicas da população.

As Sociedades de Amigos de Bairro são movimentos sociais que surgiram e se fortaleceram nos bairros de periferia, e essas Associações procuram mobilizar os moradores para reconhecerem as próprias necessidades e lutarem por conquistas materiais que possam assim amenizar as carências da população dos bairros periféricos, o que implica também em avanços para a melhoria da infra-estrutura dos bairros de periferia, e fortalecer a capacidade de mobilização social coletiva e democrática.

Bibliografia

- Almeida, Antônio, 1992, *Movimentos Sociais e História Popular*. São Paulo: Ed. Marco Zero.
- Andrade, Ilza Araújo Leão de, 1993, “Estado, Poder Local e Organizações Populares” In: Nascimento, Elimar

MARIA DA GUIA SANTOS-GAREIS

- Pinheiro & Barreira, Irllys F (Orgs): *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Notrya., pp.33-47.
- Boletim das Associações de Amigos de Bairro de Campina*. Diversos Anos e Números. Material impresso e de responsabilidade de cada SAB.
- Borja, Jordi, 1975, *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires: Ediciones SIAP-Plateos.
- Braga, Elza Maria Franco et alii, 1991, *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.
- Caldeira, Tereza Pires do Rio, 1984, *A Política dos outros*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Camargo, Cândido Procópio Ferreira de et alii, 1976, *Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola
- Cadernos de Educação de Base*. Diversos Números e Anos. Centro de Ação Cultural. Campina Grande-PB
- Cadernos Lutas do Povo Trabalhador*. Diversos Números e Anos. Centro de Ação Cultural. Campina Grande-PB
- Castells, Manuel, 1974, *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid.
- Evers, Tilman, 1984, "Identidade- a face oculta dos novos movimentos sociais". In: *Novos Estudos CEBRAP*, 4 (abril). São Paulo: CEBRAP.
- Fausto Neto, Ana Maria Quiroga, 1988, "Políticas Sociais: disciplinamento das famílias e práticas coletivas 'indisciplinadas'- reflexões em torno do programa do leite das crianças" In: *Horizonte. Revista de Humanidades e Ciências Sócias*, 2(1). João Pessoa, pp.74-84.
- Gohn, Maria da Glória, 1982, *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Ed. Cortez
- Jacobi, Pedro, 1989, *Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.
- Jacobi, Pedro R. e Nunes, Edison, 1983, "Movimentos Sociais Urbanos na Década de 80". In: *Espaço e Debates*, 10. São Paulo, pp. 61-77.
- Jornal Diário da Borborema*, 1985-1995, Campina Grande-PB.
- Jornal da Paraíba*, 1985-1995, Campina Grande-PB.
- Leite, Iedo, 1982, "Finalmente o que é uma SAB". Campina Grande (Mimeografado).
- Kowarick, Lúcio, 1980, *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Melo, Luis Gonzaga, 1988, *Campina Grande. O desenvolvimento em questão*. Campina Grande: Grafset.
- Nunes, Edson, 1988, *Movimentos reivindicativos e a abertura política: uma hipótese*. São Paulo: ANPOCS.
- Perfil do Município de Grande, 1970, Prefeitura Municipal de Campina Grande.
- Silva, Neide Maria et alii, 1988, *Movimentos de Bairro*. Recife: Etapas.
- Silva, Maria Dulce, 1993, "Movimentos Sociais Urbanos e Estado: Efeitos Político-Institucionais e Consolidação Democrática" In: Nascimento, Elimar Pinheiro et alii (Orgs.): *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Notrya, pp.233-256.
- Spozati, Aldaíza de Oliveira, 1988, *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo: Ed. Cortez.

territórios 10-11